



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa  
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 32/2015**

Período: 05/09/2015 – 11/09/2015

**GEDES - UNESP**

- 1- Convidados opinaram sobre mudanças de logradouros na cidade de São Paulo
- 2- Navio da Marinha resgatou imigrantes naufragados
- 3- Desfile de 7 de setembro em Brasília teve a participação de 3 mil militares
- 4- Dilma Rousseff solicitou a anulação de decreto que transferiu poderes dos comandantes militares para o ministro da Defesa
- 5- Documentos revelaram atuação de Centro de Informações do Exterior durante o regime militar brasileiro

1- Convidados opinaram sobre mudanças de logradouros na cidade de São Paulo

Em colunas opinativas para o jornal *Folha de S. Paulo*, o deputado estadual coronel Alvaro Batista Camilo e a vereadora Juliana Cardoso discorreram sobre a mudança dos nomes de logradouros na cidade de São Paulo que homenageiam pessoas ligadas ao regime militar (1964-1985). Segundo Camilo, a nomeação dos lugares faz parte da história da cidade e reescrever essa história é um erro. O coronel declarou respeitar a “memória dos que sofreram na ditadura militar”, porém questionou a legitimidade de alterar algo que foi nomeado conforme a legislação municipal e indagou se as mudanças seriam restritas apenas a nomes vinculados ao regime militar. Em seguida, argumentou que “reinterpretar fatos do passado de maneira simplista, sob a ótica e os valores do presente, é uma falta grave.” O militar concluiu sua opinião afirmando que este tipo de medida abrirá espaço para que futuras gerações tentem remodelar o passado para adaptá-lo à sua conveniência, destruindo, desta forma, a história de um país. Cardoso, por sua vez, argumentou de forma contrária, afirmando a importância de discutir com as comunidades a respeito das mudanças, de forma a trazer para o cotidiano o debate relativo aos direitos humanos. De acordo com Cardoso, a alteração de nomes de ruas em São Paulo não é um fenômeno novo e está relacionada a transformações que fizeram parte da história da cidade. Segundo a vereadora, a simples alteração dos nomes não é suficiente, sendo necessário haver consciência dos cidadãos a respeito das mudanças. (Folha de S. Paulo – Opinião – 05/09/15)

2- Navio da Marinha resgatou imigrantes naufragados

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a corveta V-34 Barroso da Marinha brasileira resgatou, na noite de 04/09/15, 220 imigrantes que viajavam clandestinamente nas proximidades do litoral da Itália. Segundo os periódicos,

a corveta comandada pelo capitão de fragata Alexandre Nunes navegava pelo Mar Mediterrâneo a caminho de Beirute, no Líbano, quando foi contatada pelo Centro de Busca e Salvamento da Itália, que solicitou que o navio brasileiro procurasse a embarcação ilegal detectada próximo à Grécia. A equipe da corveta Barroso respondeu ao pedido de socorro e, após navegar por uma hora, localizou o transportador ilegal, embarcou os imigrantes e ofereceu serviço médico a bordo para os casos mais graves de desidratação e queimaduras. De acordo com o periódico, os imigrantes foram levados à Catânia, no litoral sul da Itália. A operação contou com a participação de duas embarcações menores, pertencentes à guarda costeira italiana. Os periódicos informaram que a corveta V-34 seguiu para o Líbano a fim de substituir a fragata União, integrante da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), da Organização das Nações Unidas. Segundo o jornal *O Estado*, a corveta possui 103 metros de extensão, tem capacidade de deslocar 2400 toneladas com autonomia de 30 dias, e teve o sistema de armas de bordo configurado para atender à força tarefa com disparadores de mísseis Exocet, canhões e de lançadores de torpedos. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/09/15; Correio Braziliense – Mundo – 06/09/15;)

### 3- Desfile de 7 de setembro em Brasília teve a participação de 3 mil militares

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o tradicional desfile de 7 de setembro, que celebra o dia da Independência do Brasil, contou com a participação de 3 mil militares nas festividades da capital federal, Brasília. O jornal afirmou que “os aplausos mais vibrantes” foram destinados aos veteranos do Exército e para os chamados Dragões da Independência, unidade do Exército Brasileiro responsável pela guarda das instalações presidenciais. O evento contou ainda com a apresentação da Esquadrilha da Fumaça, que utilizou 29 unidades do Super Tucano. O jornal lembrou que as novas aeronaves tem o dobro da potência das antigas e equipamentos modernos. (Correio Braziliense – Cidades – 08/09/15)

### 4- Dilma Rousseff solicitou a anulação de decreto que transferiu poderes dos comandantes militares para o ministro da Defesa

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a presidenta da República, Dilma Rousseff, assinou, no dia 03/09/15, um decreto que transferiu poderes dos comandantes militares para o ministro da Defesa, que passa a ser responsável por “assinar atos relativos a pessoal militar, como transferência para a reserva remunerada de oficiais superiores, intermediários e subalternos; reforma de oficiais da ativa e da reserva; promoção aos postos de oficiais superiores; nomeação de capelães militares, entre outros”. Segundo o jornal, o decreto estava arquivado há mais de três anos e a Casa Civil afirmou que o envio do mesmo para ser assinado por Rousseff respondeu à solicitação da secretaria-geral do Ministério da Defesa. De acordo com o jornal, a assinatura foi recebida com “surpresa”, “estranheza” e “desconfiança” pelos militares, os quais afirmaram não terem sido informados previamente. O comandante da Marinha, almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que ocupava o cargo de ministro interino da Defesa no dia da assinatura, afirmou que não tinha conhecimento sobre a existência de tal documento, assim como o ministro da Defesa, Jaques Wagner, que estava em viagem à China naquele momento. Wagner assegurou que “não há nenhum interesse

da presidente Dilma em tirar poderes naturais e originais dos comandantes”, e que o documento visava apenas normatizar “prerrogativas de cada instância com a criação do Ministério da Defesa e não tirar o que é da instância dos comandantes”, além de informar que por ainda não ter entrado em vigor, o decreto poderia ser alterado. Posteriormente, os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado* afirmaram, no dia 09/09/15, que Wagner declarou que iria editar uma portaria para restituir a competência da edição de atos relativos a pessoal militar aos comandantes das Forças Armadas, uma vez que o texto do decreto afirma que aquela poderia ser subdelegada a esses pelo ministro da Defesa. Segundo *O Estado*, Wagner assinou a portaria a pedido da presidenta, e sugeriu, em nota, que os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica teriam conhecimento da aprovação do decreto antes que essa ocorresse, mas os comandantes negaram qualquer conhecimento prévio sobre o assunto. Os periódicos afirmaram que o decreto entraria em vigor em quatorze dias a partir de sua assinatura, o que resultou, portanto, na inexistência de efeitos práticos. De acordo com a *Folha* e *O Estado*, Wagner solicitou à Casa Civil, em 09/09/15, a publicação de uma errata para esclarecer que a gestão pessoal militar será subdelegada aos comandantes das três Forças. Segundo a *Folha*, em nota datada 08/09/15 a pasta da Defesa procurou esclarecer que o decreto “visava apenas atualizar um anterior, de 1999, que ainda considerava como existentes os ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica”. Segundo *O Estado*, em reunião com os comandantes das três Forças, no dia 09/09/15, Wagner reconheceu o erro por parte do governo, a fim de diminuir a tensão instalada entre os militares. Segundo o periódico, o decreto, “que é apenas um ajuste técnico, só foi objeto de insatisfação pelos militares, porque foi publicado sem o conhecimento deles”. De acordo com um dos auxiliares diretos da presidenta da República, o qual considerou que o processo foi conduzido de forma “inábil”, a secretária-geral do Ministério da Defesa, Eva Chiavon, ao ser questionada se os comandantes tinham conhecimento do documento e estavam de acordo, afirmou que sim. Segundo *O Estado*, oficiais-generais consultados pelo jornal asseguraram que os comandantes não tiveram conhecimento do texto. (*O Estado de S. Paulo – Política – 08/09/15; Folha de S. Paulo – Poder – 09/09/15; O Estado de S. Paulo – Política – 09/09/15; Folha de S. Paulo – Poder – 10/09/15;; O Estado de S. Paulo – Política – 10/09/15*)

##### 5- Documentos revelaram atuação de Centro de Informações do Exterior durante o regime militar brasileiro

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, documentos secretos do antigo Centro de Informações do Exterior (CIEEx) demonstraram como o regime militar brasileiro (1964-1985) vigiou exilados no Chile no período anterior à tomada de poder pelos militares naquele país, no ano de 1973. Nos documentos encontram-se dados referentes a viagens e reuniões de ativistas, análises da política chilena, bastidores da crise no país e lista de pessoas presas após a instauração do regime militar chileno, assim como detalhes sobre reuniões políticas, culturais ou sociais dos exilados brasileiros e informações sobre um suposto financiamento de organizações brasileiras no Chile. De acordo com o jornal, um dos grupos mais vigiados pelo órgão foi a Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade, e entre os exilados no país que foram vigiados estavam o ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e atual senador José Serra, além do poeta Thiago de Mello e o ex-ministro do Trabalho Almino Affonso. O periódico

afirmou que o órgão era vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e, como “não existia” oficialmente, apesar de ter atuado de 1966 até 1980, possuiu diversos nomes no período, sendo chamado de Assessoria de Documentação de Política Exterior e Secretaria de Documentação de Política Exterior. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 08/09/15)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PROEX); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)